

## **COMANDO NACIONAL DE GREVE DO ANDES-SN APRESENTA SÍNTESE DO RESULTADO DE CONSULTA ÀS BASES PARA ORIENTAR OS PRÓXIMOS PASSOS DO MOVIMENTO PAREDISTA**

### **INTRODUÇÃO**

No dia 16 de junho de 2024, o Comando Nacional de Greve enviou para as bases o comunicado n. 84 (retificado pelo comunicado n. 85), apresentando a síntese da análise de conjuntura realizada pelos seus integrantes, que objetivou registrar o cenário da greve naquele momento. Pautado por esse processo de análise, lançou a necessidade de consulta às bases sobre os próximos passos do movimento paredista. Nesse sentido, chamou rodada de Assembleias Gerais para o período de 17 a 21 de junho, com intuito de responder a três questões:

- 1- Qual a avaliação da AG das propostas do governo apresentadas pelo MGI e pelo MEC?
- 2- Devemos assinar, ou não, as propostas apresentadas pelo MGI e pelo MEC?
- 3- Devemos continuar a greve ou construir sua saída coletiva no ANDES-SN?

No compromisso do tratamento das respostas vindas das diversas bases da categoria por todo país, o CNG, mais uma vez, se reuniu durante os dias 22 e 23 de junho e sistematizou o resultado dessa consulta. A avaliação a seguir condensa o balanço dos resultados das AGs que a base remeteu ao CNG. Após apresentação do documento produzido pela Comissão de Sistematização, que organizou os resultados de forma literal apenas para facilitar a visualização dos dados, o texto construído sintetiza o rico debate realizado no âmbito do Comando Nacional de Greve.

### **A SISTEMATIZAÇÃO DA CONSULTA ÀS BASES E DEBATE DOS RESULTADOS**

Considerando a situação conjuntural dos últimos anos, destacamos a importância da construção de uma greve que alcança quase a totalidade das IFEs da base do ANDES-SN, bem como outras que se somaram ao CNG. Uma greve que se consolidou a partir da adesão progressiva da nossa categoria, um movimento histórico e legítimo que promove o fortalecimento das lutas coletivas.

As assembleias apontaram também que o movimento docente ganhou força a partir do progressivo crescimento das adesões, a partir de 15 de abril. A força deste processo crescente teve como base a necessidade de lutar por salário, orçamento e direitos e se intensifica com a inconformidade da categoria frente a postura do governo que tentou encerrar as negociações de forma unilateral, optando pela assinatura de “acordo” com uma entidade fantoche, sem legitimidade para representar a categoria. A ampliação desta unidade de luta a partir da base, reafirmou que o ANDES-SN e o SINASEFE são de fato os sindicatos que têm legitimidade e

representatividade junto à categoria docente federal para representá-la e conduzir o processo de negociação.

Ao analisar as propostas apresentadas pelo MGI e MEC, há por parte da categoria o reconhecimento de que o que foi apresentado pelo governo é insuficiente diante das demandas apresentadas pela categoria, articuladas nos CNGs do ANDES-SN e do SINASEFE, bem como pelas contrapropostas apresentadas pelo CNG a partir da avaliação permanente realizadas junto às assembleias de base. Porém, embora insuficientes, reconhecemos ser esta a proposta que preserva o saldo político e organizacional positivo da greve. Entende-se que outros avanços foram comprometidos diante da intransigência do governo em rever adequadamente as previsões orçamentárias para a educação pública federal e também pelo uso antissindical de sua federação burocrática Proifes.

Destacou-se também que um dos resultados importantes deste movimento foi o de ampliar a mobilização docente com considerável aumento da participação nas assembleias e atividades de luta, inclusive com a ampliação da sindicalização ao ANDES-SN. O movimento paredista possibilitou o debate sobre as questões centrais da categoria, como salários e carreira, o desrespeito às(aos) aposentadas(os), a importância do revogação, a diminuição significativa dos orçamentos das IFEs, que afetam sobremaneira as condições de trabalho, fragiliza e compromete a permanência estudantil e o funcionamento das instituições. Ampliou-se, por outro lado, a compreensão da categoria sobre a disputa de projeto de sociedade e fundos públicos e a luta contra o Novo Arcabouço Fiscal (NAF) como elementos estruturais da defesa de instituições de ensino superior públicas, laicas, gratuitas, de qualidade, democráticas e socialmente referenciada.

Os pontos divergentes de leitura apontam para a seguinte direção: em que momento da greve nos encontramos? Numa ascensão do movimento paredista, ou chegando ao seu limite? Até esta data, 35 Assembleias deliberaram pela construção da saída da greve, enquanto outras 20 indicaram para a manutenção do movimento. Entre os dois pontos de vista, existe a defesa de uma saída de forma coletiva, mesmo que esta não aconteça em um dia específico, dando ao nosso sindicato nacional o protagonismo da direção do movimento paredista.

Entendemos que o debate no CNG e os pontos que emergem aqui não visam suprimir as diferenças de análises sobre o processo, demarcando o caráter plural e democrático deste Sindicato. Contudo, o próprio processo democrático, para se fazer presente, de forma consequente, deve apontar para sínteses que orientem a ação, que deve ser preferencialmente unitária, para uma intervenção que potencialize a força do nosso Sindicato Nacional.

## **ASSINAR O ACORDO PROPOSTO PELO GOVERNO?**

Ainda que os termos do acordo apresentado pelo governo federal não atendam adequadamente ao conteúdo de nossas justas demandas, refletem avanços que só foram possíveis graças à força do movimento paredista. Para além do que já conquistamos, nos

últimos retornos que tivemos do governo federal, a conjuntura aponta para os limites desse processo negocial.

Entre os dias 27 de maio - dia da tentativa de ultimato do governo federal que resultou na assinatura com a entidade fantoche - e o dia 14 de junho, dia em que foram apresentados novos termos na negociação, ficou evidenciado que, mesmo com limites, houve avanços importantes quanto à recomposição orçamentária parcial, à pauta do Revogaço, aos grupos de trabalho sobre pontos da carreira e à consolidação de um processo negocial. Esse fator, por si só, pode ser considerado um ponto nodal que evidencia a força da nossa greve e a resistência da luta de nossa categoria.

Cabe destacar que, no dia 21 de junho, o governo enviou uma proposta unificada do MGI e do MEC, que organizou os itens, a partir do consenso negociado na mesa do dia 14 de junho - expostos nos Comunicados do CNG n. 35, n. 84 e n. 91 - embora ainda não esteja em formato de minuta de acordo, mas em mais uma apresentação de slides. Apesar da forma, a definição expressa do conteúdo permite uma melhor avaliação da proposta em seu conjunto.

Na forma e no conteúdo, a mensagem política do governo é eloquente, recrudescendo seu ataque ao movimento paredista e demarcando seu compromisso com o grande capital, caracterizando o cenário político, no qual não temos condições de avançar na correlação de forças por meio desta greve.

Nesse sentido, o acordo à disposição indica um condensado do que nossa atuação conquistou. Pudemos caminhar os passos que nossa base organizada e mobilizada conseguiu dar, em meio às dificuldades impostas pelas condições econômicas e o processo de desarticulação das formas coletivas de luta do período que atravessamos. É de enorme valia, para os interesses da categoria, preservar os avanços conquistados nessa quadra histórica de desafios; no mesmo sentido, fortalece o papel de representação do ANDES-SN, a garantia dos avanços políticos e organizativos acumulados nesse último período.

Por esses decisivos motivos, cumpre relevante papel político a assinatura do acordo, que demarca publicamente o ANDES-SN e o SINASEFE como as verdadeiras entidades responsáveis por seus avanços.

## **A CONSTRUÇÃO DA SAÍDA UNIFICADA DA GREVE NO ANDES-SN**

O balanço das AGs indica que esse movimento histórico alcançou seu limite e que estamos no momento de seguir a luta por outras frentes. Para que o vigor desse movimento não se perca e que a greve siga sendo compreendida e valorizada como instrumento fundamental e eficaz na busca dos interesses da nossa classe proporcionando - que o Sindicato Nacional preserve o saldo político positivo desses mais de 60 dias de movimento paredista - reafirmamos a importância de construir uma saída coletiva.

Além disso, sobre a assinatura do novo acordo proposto pelo governo, vale ressaltar que também a maioria aponta para assinatura, embora algumas AGs tenham registrado limites na análise da proposta pela forma como o governo a apresentou, optando por não deliberar sobre a questão.

**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**  
fundado em 19 de fevereiro de 1981

É chegado, enfim, o momento de se construir uma saída coletiva dessa greve histórica. Observadas a variedade e as particularidades que um sindicato nacional desse porte comporta, uma saída coletiva só é possível em um intervalo temporal que garanta as condições de retomada organizada do trabalho.

Nesse processo, o CNG convoca rodada de AGs para efetivação da saída conjunta da greve até o dia 3 de julho e se extingue, retomando o Setor das Federais como referência na organização dos encaminhamentos posteriores à greve, inclusive no que diz respeito ao acompanhamento à reestruturação dos calendários acadêmicos. Os CLGs permanecem em atividade até o encerramento da greve em cada instituição. Dessa forma, indicamos a dissolução do Comando Nacional de Greve no dia 27 de junho, tendo cumprido seu papel imprescindível para a construção e fortalecimento da Greve Nacional Docente do ANDES-SN.

### **ENCAMINHAMENTOS PARA AS ASSEMBLEIAS DE BASE**

A rodada de AGs apontou, majoritariamente, para a construção da saída da greve de forma unificada dentro do ANDES-SN, com datas diversas. A partir desse conjunto de datas, o CNG entende a importância política de consolidar o período até dia 3 de julho para a saída da greve, resguardadas as situações excepcionais que impeçam a efetivação desta orientação.

Nesse sentido, o CNG do ANDES-SN propõe o seguinte calendário:

<b>TAREFAS</b>	<b>DATAS</b>	<b>PAUTA</b>
Rodada de AGs	Até dia 03 de julho	Deliberar sobre o dia da saída de greve no período até 03 de julho e demais encaminhamentos pertinentes às pautas locais.
Assinatura do Termo de Acordo com o Governo	26 de junho	
Dissolução do CNG	27 de junho	

Brasília (DF), 23 de junho de 2024.

**Comando Nacional de Greve do ANDES-SN**

**COMANDO NACIONAL DE GREVE**  
**Sistematização retorno AGs (rodada de 17 a 21 de junho)**  
**\*Atualizado 22/06 às 13h00**

**Seções Sindicais em Greve que responderam**

- |                  |                      |
|------------------|----------------------|
| 1. ADCAC         | 28. ADUNIFESP        |
| 2. ADCEFET-RJ    | 29. ADUNIR           |
| 3. ADUFABC       | 30. ADUNIRIO         |
| 4. ADUFAC        | 31. ADUR-RJ          |
| 5. ADUFAL        | 32. APES-JF          |
| 6. ADUFC         | 33. APROFURG         |
| 7. ADUFCG        | 34. APRUMA           |
| 8. ADUFCG-PATOS  | 35. APUB / CLG UFBA* |
| 9. ADUFERPE      | 36. APUFPR           |
| 10. ADUFERSA     | 37. APUR             |
| 11. ADUFES       | 38. ASPUV            |
| 12. ADUFF        | 39. SEDUFSM          |
| 13. ADUFLA       | 40. SESDUF-RR        |
| 14. ADUFMAT      | 41. SESDUFT          |
| 15. ADUFMAT-ROO  | 42. SESUNILA         |
| 16. ADUFMS       | 43. SINDCEFET-MG     |
| 17. ADUFOP       | 44. SINDIFPI         |
| 18. ADUFPA       | 45. SINDIFSULDEMINAS |
| 19. ADUFPB/SSIND | 46. SINDIUFSB        |
| 20. ADUFPEL      | 47. SINDOIF          |
| 21. ADUFPI       | 48. SINDUFAP         |
| 22. ADUFS-SS     | 49. SINDUFAPE        |
| 23. ADUFSCAR     | 50. SINDUFFS         |
| 24. ADUFSJ       | 51. SINDUFOPA        |
| 25. ADUFTM       | 52. SINDUNIFESSPA    |
| 26. ADUFU        | 53. SINDUTF-PR       |
| 27. ADUnB        |                      |

\* seção sindical fora da base do Andes

**Seções Sindicais que não estão em Greve e responderam**

1. ADUA
2. ADUFDOURADOS
3. ADUFVJM
4. ANDES/UFRGS
5. SESUNIPAMPA

**Sindicato independente que respondeu formulário**

1. APUBH

**Seções Sindicais em Greve que não enviaram resposta**

1. ADUC
2. ADUFEPE
3. ADUFRA

## Sistematização Questão 01: Qual a avaliação da AG das propostas do governo apresentadas pelo MGI e pelo MEC?

<b>Avaliação geral</b>	<b>Seção Sindical</b>
As propostas são insuficientes porque não contemplam toda a pauta apontada pela bancada sindical.	ADCAC
As propostas constituem conquistas da greve e avanços em relação ao que o governo ofereceu inicialmente, ainda que a integralidade da pauta não tenha sido atendida.	ADCEFET-RJ
Pode parecer estranho a nós, docentes da UFAM, que por força de deliberação em assembleia não entramos em greve, estejamos agora a discutir a saída da greve. Em primeiro lugar, é preciso dizer: cabe antes a nós, que votamos pela greve e fomos votos vencidos, avaliar e reafirmar a força da greve e as conquistas que obtivemos, ainda que abaixo daquelas que nos moveram a defender a greve. Em segundo lugar, nos cabe, igualmente, reafirmar e manter vivo esse que é o mais estratégico e incisivo instrumento de luta da classe trabalhadora. Vem do camarada Engels (a quem Marx chamava de seu general) o reconhecimento de que a greve é instrumento de luta e de formação política, um tipo de “escola militar dos trabalhadores, na qual (eles) se preparam para a grande e inevitável luta”. Sair da greve não é sair da luta, menos ainda abdicar de sua força histórica ou condescender com aquelas consciências, rápidas e mobilizadas para desqualificar ou criminalizar a greve, mas estranhamente prontas a se beneficiar de suas conquistas. A despeito de grande parte de nossa categoria docente ter votado contra a greve, é preciso dizer, quantas vezes forem necessárias, que a vitória é de quem luta e segue na luta. Isto o fizemos e continuaremos a fazer. O atual governo, se quiser manter-se com um mínimo de honestidade política, deve reconhecer que mais precisa de nós (que seguimos na luta classista) do que nós dele. Um governo que sucumbe à baixa política de colaboração de classe com as forças dominantes, que se aparta das bases que garantiram sua vitória (eleitoral) sobre a extrema direita e, a seguir nesse rumo, poderá pavimentar a volta do fascismo ao poder, seja o fascismo envergonhado da direita, seja o fascismo manifesto da extrema direita. Sair da greve, sim, mas seguir na luta. Não podemos perder nem permitir o esvaziamento político da greve, como instrumento de luta política e de formação da consciência de classe contra o poder do capital e contra o Estado burguês, constituído para servir à classe dominante. Nossa ADUA de luta afirma a solidariedade classista às Seções Sindicais que organizaram, deflagraram e sustentaram a greve, com especial menção política à aguerrida companheirada do SINTESAM, que construíram uma greve que parecia impossível e inviável. Somos-lhe gratos pela sempre parceria militante, hoje, e nas lutas que virão. A única pedagogia política que interessa à classe trabalhadora é a que reforça a organização e a consciência de classe. Sair da greve e seguir na luta, é o que nos cabe nessa hora histórica.	<b>ADUA</b>
Avaliação quase unânime que são negativas.	ADUFABC
Mesmo considerando os avanços e conquistas que obtivemos, as propostas apresentadas pelo MGI e pelo MEC às nossas reivindicações são insatisfatórias e insuficientes.	ADUFAC
Avaliação de que a proposta é insuficiente.	ADUFAL
Em Assembleia Geral da ADUFC realizada na manhã desta sexta-feira (21), docentes da UFC, UFCA e UNILAB decidiram pela saída coletiva e mobilizada da greve, vinculada à assinatura do acordo com o governo federal – só após essa etapa, o movimento paredista será encerrado. Na	ADUFC

**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

fundado em 19 de fevereiro de 1981

votação, docentes reconheceram que as propostas do governo foram limitadas, mas são conquistas do movimento grevista. A avaliação da maioria dos docentes é de que, ainda que os ganhos tenham sido limitados, houve conquistas para a categoria docente, especialmente no reconhecimento do setor da Educação como uma força social relevante e que precisa ser ouvida e considerada pelos governos.	
A assembleia apreciou as propostas e ponderou que governo apresentadas nos diferentes pontos das reivindicações da greve: recomposição dos orçamentos das universidades e revogação. De maneira geral, concordou com a análise com comando nacional de greve, apresentada no comunicado 84-CNG-2024.	<b>ADUFDOURADOS</b>
As AGs avaliaram que houve avanços na proposta, fruto da greve e da negociação, especialmente em Recife. Embora, na Unidade Acadêmica de Serra Talhada tenha indicado avaliação negativa e não assinatura. Ambos os espaços aprovaram permanecer mobilizados após a saída da greve efetivar reuniões e discussão acerca das pautas locais da UFRPE e suas unidades.	ADUFERPE
Insuficiente.	ADUFERSA
Após análise em retrospectiva de todos os esforços e mobilizações que fizemos; a intransigência do governo em atendimento às nossas pautas; a desidratação das pautas infimamente atendidas ou apenas prometidas; nossa avaliação é de que as propostas apresentadas pelo governo até 14 de junho são incompatíveis às necessidades que temos para o funcionamento adequados das IFEs, que deve garantir assistência estudantil que viabilize a permanência de estudantes, condições de trabalho e de vida para servidoras e servidores, demonstre respeito por nossa carreira e pelas/os docentes aposentadas/os e de fato demonstre compromisso com a educação pública de qualidade.	ADUFES
Avaliamos que tivemos avanços no processo da greve, mas as propostas do governo ainda são insuficientes para atender a nossa pauta.	ADUFLA
As avaliações consensuais da AG indicam os seguintes elementos: 1) Tem-se um documento precário, na forma de emails e slides, sem a minuta de acordo, sendo necessário, portanto, que o governo formalize suas propostas na forma de uma minuta de termo de acordo; 2) Em relação ao conteúdo, as propostas salariais e de carreira não são diferentes do analisado na última rodada de assembleias, que já foi recusado pela maioria das seções sindicais, incluindo a ADUFMAT; 3) Em relação aos demais temas: paridade dos aposentados, recomposição orçamentária e revogação, não se percebe avanços substanciais em relação às pautas do Magistério Superior. Reafirmamos a proposta original do ANDES-SN.	ADUFMAT
A proposta contempla parcialmente as demandas da categoria docente, o que requer a continuidade das negociações desenvolvidas nas Mesas Bilaterais no MEC (SESU e SETEC), e Mesa da Carreira.	ADUFMAT-Rondonópolis
Avalia as propostas como conquistas da greve, não deixando de considerar as muitas limitações que apresentam, seja no número de demandas atendidas, mas também em sua magnitude de atendimento. Os ganhos políticos mais evidentes se tomam a exposição da disputa pelo orçamento; o enfraquecimento do PROIFES em suas bases; a evidente quebra no discurso do governo que nosso sindicato não tem espaço para diálogo e negociações.	ADUFOP
A avaliação da assembleia é de que a mobilização da greve e quantidade de adesão de universidades nas primeiras semanas do movimento paredista fez com que o MGI e MEC pudessem flexibilizar no que se refere à questão orçamentária para as universidades e CEFETs, bem como para recomposição salarial que antes havia proposta de 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026, e agora a proposta é de 9% para 2025 e 3,5% para 2026, perfazendo o total de 13,5% ao invés de 9% até o fim do governo. Nas manifestações na AG soa como consenso a leitura de que o governo foi intransigente, desrespeitoso e insensível em alguns momentos da mesa de negociação, inclusive ignorando por completo a última contraproposta	ADUFPA

**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

fundado em 19 de fevereiro de 1981

do CNG de mudança no percentual para 2024, antes 7,06% e na última mesa foi apresentada 3,68%. No entanto, as contrapropostas do MGI e do MEC são insuficientes para as necessidades do conjunto da categoria de docentes da base do ANDES SN, sobretudo no bojo da pauta política como os revogaços que não incidem na questão econômica.	
Proposta foi considerada insuficiente por não avançar na revogação da IN 49/2023; pela manutenção da oferta de 0% de aumento em 2024 e pela não equiparação dos aposentados na proposta de reajuste para 2025/2026. Porém considera que houve conquistas importantes e que o acordo deve ser assinado.	ADUFPB
Com aprovação de ampla maioria, deliberou-se por não assinar qualquer tipo de Acordo ou Protocolo com o governo no estágio atual, exigindo negociação e compromissos efetivos, considerando as negativas à nossa pauta e a insistência governamental em obter um protocolo que iniba o movimento até 2026.	ADUFPEL
A AG considerou insuficientes as propostas apresentadas pelo governo.	ADUFPI
Temos, de fato, uma composição parlamentar conservadora no Congresso Nacional, mas temos, igualmente, uma composição ministerial que não atua de forma progressista, a exemplo do Ministério da Fazenda, de Fernando Haddad, que tem aplicado uma política neoliberal. O Governo Lula (PT) está repleto de contradições, e uma delas, mais recente, envolve seu pronunciamento tardio com relação ao Projeto de Lei 1904/2024, o PL do estupro, que tem sido um ponto polêmico na sociedade. Localmente, em São Paulo, temos um desafio relacionado ao governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos), que aplica uma política neoliberal e conservadora, avançando em um projeto de desmonte da educação pública e gratuita no Estado. Para combatermos o avanço da extrema-direita é preciso tomarmos as ruas, como protagonistas na organização da categoria docente e na mobilização. Há vitórias que são fruto da greve, no plano político e simbólico, como o desgaste político da PROIFES-Federação e o reconhecimento do ANDES-SN como legítimo representante da nossa categoria nas mesas de negociação; ademais, é significativo o processo de renovação de nossas lideranças sindicais; também a disposição do sindicato nacional para a continuidade das negociações, mesmo diante da intransigência do governo e do golpe aplicado juntamente com a referida federação, o que comprova o caráter verdadeiramente democrático e de luta na defesa das categorias que representa por parte do ANDES-SN. É inadmissível o descaso do governo com as categorias de servidoras/es da educação, principalmente se nos lembramos que foram trabalhadoras/es que apoiaram e se dedicaram a contribuir para que Lula fosse eleito. Infelizmente, o que se viu neste processo de negociação foi desrespeito e desconsideração. Nesse sentido, lamentamos profundamente as falas do presidente Lula e do Ministro Camilo Santana por ocasião da reunião com reitoras/es de 10 de junho.	ADUFSCar
Houve ganhos, porém insuficientes.	ADUFSJ
Considerando que o MGI não apresentou formalmente a minuta da proposta e seus anexos ao ANDES, apenas enviou e-mail repetindo proposta divulgada no dia 15 de maio, a AG da ADUFS, reitera a decisão da AG do dia 22 de maio/2024 pela rejeição da “proposta” cogitada. Na oportunidade, reafirmamos a contraproposta encaminhada pelo CNG em 27 de maio/24 e propomos que o CNG solicite posicionamentos das AG’s apenas quando o MGI e MEC apresentarem propostas oficiais. Em relação ao MEC, a AG devolve a pergunta ao CNG qual proposta a ser analisada? No documento do MEC não há proposta para os docentes, apenas um conjunto de possibilidades de estudos e análises.	ADUFS-SS
A avaliação foi positiva, mesmo com o não atendimento completo da pauta salarial.	ADUFTM
A avaliação considera os aspectos positivos e negativos da negociação. Considera que o movimento grevista trouxe temas fundamentais e fez uma luta forte e reconhecida. Que nossa luta e atuação do CNG arrancou uma negociação efetiva, mas que o governo não cedeu no reajuste	ADUFU



**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

fundado em 19 de fevereiro de 1981

<p>salarial para 2024 e no debate da carreira. A despeito de as conquistas serem insuficientes ao não atender as demandas da categoria como um todo, já que houve avanços consideráveis. Chegamos a um limite de mobilização possível, devemos avançar rumo à assinatura do acordo e saída coordenada da greve. A assinatura é necessária para que os ganhos da greve tenham como referência a luta do ANDES-SN. Houve fortalecimento do ANDES e SINASEFE como sindicatos da categoria.</p>	
<p>Tivemos importantes conquistas e avanços nas propostas do governo, decorrentes da pressão do movimento grevista. Para a UFVJM foi muito importante receber a informação de previsão de RU nos campi de Janaúba e Unaí, uma vez que impacta diretamente a manutenção dos estudantes e no combate à alta evasão que temos aqui. Essa pauta se colocou localmente como central. A AG também tem acordo que as conquistas estão muito aquém do reivindicado e do necessário. Inclusive, sobre a mesma pauta da manutenção estudantil, questionou-se a não inclusão de um RU para o campus sede, que ainda não o possui. Lamentamos a baixíssima disposição do governo em negociar efetivamente com as categorias em greve e os ataques que recebemos. Mas a AG entendeu que se atingiu um limite de mobilização e de negociação neste momento. Apontando o encerramento da greve, a continuidade de atividades que debatam a realidade da educação pública e caminhos de luta.</p>	<b>ADUFVJM</b>
<p>Aprovação pela maioria dos/as docentes presentes das propostas encaminhadas pelo CLG da ADUnB – S. Sind. a saber: 1) a avaliação da Assembleia é de que as conquistas obtidas pela greve são insuficientes, diante das propostas e contrapropostas apresentadas, contudo, é perceptível que houve uma ampliação de participação nas mobilizações, aumento do número de sindicalizações, fortalecimento das unidades de luta em parceria com as demais entidades como a Fasubra e o Sinasefe, aproximação dos três segmentos da comunidade acadêmica na luta por uma universidade pública de qualidade, aumento parcial do orçamento para a educação superior federal, revogações, instalação da mesa específica como permanente e inclusive o reajuste salarial, mesmo que este não tenha atingido a proposta apresentada nas reivindicações; 2) na AG, conforme votação feita por contraste, indicou pela maioria dos/as docentes presentes, pela assinatura do acordo do ANDES-SN com o Governo Federal, conforme as propostas apresentadas pelo MEC e MGI, mas que as negociações e mobilizações devem continuar; 3) A Assembleia também deliberou, a partir da avaliação do CLG, ser favorável a saída da greve de forma unificada, durante a próxima semana, da mesma forma como deu-se a adesão pela greve, com indicação do dia 26 de junho de 2024 para o retorno às atividades docentes, visando assim, tempo hábil para que o CNG consiga compatibilizar os resultados a serem apresentados pelas outras ADs, e garantir uma organização ao retorno dos trabalhos acadêmicos, tanto por parte dos/as docentes quanto dos/as discentes.</p>	<b>ADUNB</b>
<p>Aquém do necessário, mas com conquistas arrancadas pela greve.</p>	<b>ADUNIFESP</b>
<p>Em relação aos outros pontos da pauta não remuneratória conseguimos somente a constituição de GTs para “análise dos temas”. Portanto, as propostas do MGI e do MEC são INSUFICIENTES. O governo buscou negociar com a ANDIFES e a Proifes, desrespeitando nosso sindicato e a categoria em luta.</p>	<b>ADUNIR</b>
<p>Rejeição das propostas.</p>	<b>ADUNIRIO</b>
<p>Os docentes avaliaram que o movimento grevista conseguiu manter a negociação, mesmo quando o governo havia sinalizado o fim do processo e conquistou vitórias importantes para os docentes, principalmente no que tange a formação de grupos de trabalho para análise de 1) Reenquadramento de aposentados; 2) Reposicionamento; e 3) Insalubridade - revogação da IN n° 15.</p>	<b>ADUR-RJ</b>
<p>A plenária foi unânime em reconhecer o avanço político da greve e as conquistas na negociação com o governo.</p>	<b>ANDES/UFRGS</b>
<p>Por deliberação da Assembleia da Aprofurg essa pergunta não será respondida.</p>	<b>APROFURG</b>

**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

fundado em 19 de fevereiro de 1981

<p>Reconhecimento por parte da maioria dos(as) docentes das conquistas objetivas e políticas, fruto das pressões do movimento paredista. Caracterização do modo como governo Lula/Alckmin tratou a categoria dos(as) servidores(as) da Educação Federal: total desrespeito aos docentes, TAES e estudantes com falas de indignação e alusão às declarações extremamente desrespeitosas do governo; reconhecimento de que a categoria está fragmentada. Existem docentes favoráveis à continuidade do movimento; e, outros não favoráveis, tendo em vista a conjuntura nacional e as condições objetivas locais. Desmoralização da PROIFES - Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico – como expressão concreta das conquistas políticas, com desfiliações de suas bases. Apresentação do teor do COMUNICADO Nº 91/2024/CNG/ANDES-SN, datado de 20 de junho de 2024 enviado pelo CNG, após questionamentos em torno da ausência e/ou proposta concreta, ou seja, do “Termo de Acordo” com os pontos consensuados nas mesas de negociações. Considerações por parte de alguns docentes relacionadas aos motivos que mobilizariam a categoria docente a permanecer na greve e reconhecimento de que a luta deve continuar, pois não se resume à greve; a luta deve continuar em torno de pautas importantes como o fascismo, o piso constitucional da saúde e da educação, o direito das mulheres ao seu corpo, etc. Legitimidade das pautas nacionais e locais de reivindicações pela sociedade de modo geral; e, em particular, pelas categorias: docentes, TAES e docentes. Reconhecimento de que existem as correlações de forças no contexto brasileiro que não permitem à categoria avançar com o movimento paredista e de que a greve cumpriu até o momento seu papel enquanto instrumento de luta dos(as) trabalhadores(as) e em especial, da categoria docente.</p>	APRUMA
<p>Considerando a conjuntura política e econômica adversa -arcabouço fiscal, sequestro do orçamento pelo Congresso Nacional, andamento das negociações- e cientes das dificuldades de se avançar ulteriormente nas conquistas, os professores e as professoras reunidos em Assembleia avaliaram que a proposta econômica e orçamentaria avançou, mesmo que parcialmente, reduzindo as perdas acumuladas pelos professores e pelas Universidades, bem como avançou na pauta não econômica e na possibilidade de continuar a discutir politicamente temas relevantes da categoria, tendo-se o cuidado de permanecermos vigilantes e atuantes para se alcançar resultados concretos em relação às pautas não econômicas.</p>	APUBH**
<p>As propostas do MGI e do MEC não são suficientes</p>	APUFPR
<p>A categoria avalia que nós tivemos ganhos em função do movimento grevista, avanços importantes na negociação, mas esses ganhos foram limitados, o que aponta a necessidade de continuar lutando.</p>	APUR
<p>As propostas são insuficientes.</p>	ASPUV
<p>Insuficiente, porém com alguns avanços.</p>	SEDUFMS
<p>O CLG não concordou com as perguntas.</p>	SESDUF-RR
<p>A avaliação foi negativa, destacando a insuficiência da proposta do MGI e da inexistência de uma proposta concreta por parte do MEC.</p>	SESDUFT
<p>As propostas do governo apresentadas pelo MGI e pelo MEC não atendem a todas as demandas da categoria; por outro lado, houve avanços muito significativos em relação à proposta inicial do governo.</p>	SESUNILA
<p>Insuficiente.</p>	SESUNIPAMPA
<p>Contrários à proposta do governo.</p>	SINDIFPI
<p>Reconhecemos alguns avanços, mas entendemos as propostas bastante insatisfatórias/insuficientes (principalmente a falta de clareza sobre a construção da substituta da portaria 983/2020 - especialmente sob a ótica da participação ou não dos sindicatos, ANDES e SINASEFE, nesse processo -, o 0% de recomposição em 2024 e a recomposição orçamentária insuficiente para a educação pública federal).</p>	SINDIFSULDEMIN AS

**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

fundado em 19 de fevereiro de 1981

As propostas não contemplam o mínimo solicitado pela categoria e foram rejeitadas pela AG.	SINDIUFBS
A avaliação foi positiva em relação aos cinco eixos da pauta do SN. O avanço foi maior no tema do revogaço do que nos demais pontos.	SINDOIF
As propostas do governo não atendem nossa pauta.	SINDUFAP
Rejeição.	SINDUFAPE
A avaliação foi de que a proposta está abaixo do que era esperado, mas também a greve conquistou avanços nas reivindicações não remuneratórias nas mesas de negociação.	SINDUFFS
As propostas representam um passo importante, contudo, são insuficientes.	SINDUFOPA
As propostas apresentadas pelo MGI e MEC são insuficientes, desrespeitosas e inaceitáveis.	SINDUNIFESSPA
A avaliação é que não atendem todas as reivindicações da pauta, mas que foi o possível até o momento. Os professores têm expectativas que continuem as negociações nas mesas de negociações.	SINDUTF-PR
<b>Aposentadoria</b>	<b>Seção Sindical</b>
Há um descontentamento em não contemplar os aposentados em todos os benefícios concedidos aos ativos como conquista da greve.	<b>ADUFDOURADOS</b>
Proposta foi considerada insuficiente pela não equiparação dos aposentados na proposta de reajuste para 2025/2026	ADUFPB
Docentes aposentadas/os foram os mais prejudicados no processo de negociação de 2024, uma vez que não se viu contemplada pelos reajustes dos benefícios (à exceção do auxílio saúde) e ainda não se avançou, por exemplo, na reivindicação pela eliminação da contribuição para o INSS de aposentadas/os'.	ADUFSCar
Muito significativo a possibilidade de reposicionamento dos/as aposentados/as.	ADUFU
A proposta desconsidera as reivindicações sobre o(a)s aposentado(a)s.	ADUNIR, ADCAC/CLG UFCAT, APRUMA
Reconhece o avanço na equidade entre ativos e aposentados da carreira EBTT.	<b>ANDES/UFRGS</b>
O reajuste 0% para 2024 e a forma como isso atinge aos aposentados.	SESUNILA
<b>Carreira</b>	<b>Seção Sindical</b>
Rejeição unânime ao aprofundamento da desestruturação da carreira com desvalorização estrutural dos aposentados (chancelada pelo PROIFES).	ADUFPEL
Não foram atendidas pautas fundamentais que compreendiam orçamento: a proposta reajuste salarial e de reestruturação da carreira são pontos sobre os quais não obtivemos bons resultados. Por outro lado, o reajuste nos benefícios alimentação, creche e saúde, se podem ser vistos como positivos, precisam ser considerados como uma vitória parcial, uma vez que ainda não houve a reivindicada equiparação entre os poderes. Será importante que o ANDES-SN siga atuante nas mesas permanentes de negociação e que retome o debate com relação à reestruturação da carreira, uma vez que é necessário ter em conta não apenas a porcentagem de aumento entre os steps, mas sim revisitar toda a concepção das carreiras EBTT e MS a partir de uma concepção de educação superior e técnica-tecnológica que contemple as reais necessidades do povo brasileiro.	ADUFSCar
Não conste no acordo elementos que vão ferir a autonomia das instituições quanto a progressão e promoção.	ADUFSJ
Positiva a possibilidade de entrada lateral.	ADUFU

**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

fundado em 19 de fevereiro de 1981

O aumento dos steps na carreira também foram reconhecidos como uma conquista parcial, pois os servidores em estágio meio e final da carreira (associado I/DIV e titular) são quem vão arcar com o aumento do step dos novos ingressantes; além da retomada da CPRSC.	<b>ANDES/UFRGS</b>
A aplicação do reajuste diferenciado na tabela salarial – envolvendo a criação de uma nova classe de entrada na carreira e redefinição dos steps – significa um sério problema, porque aprofunda as assimetrias existentes e adia negociações sobre carreira até 2026, último ano do governo Lula.	APES
A desestruturação da carreira permanece.	APRUMA
Valorização das classes iniciais.	SESUNILA
<b>Orçamento</b>	<b>Seção Sindical</b>
Atuar e monitorar a assinatura do acordo e as questões orçamentárias das universidades.	ADUFERPE
Insuficiência de recursos para funcionamento das instituições até o final do ano.	ADUFPEL
Também foi meramente ilustrativa a proposta de recomposição orçamentária, da ordem de 400 milhões, anunciada em 10 de junho pelo governo. É fundamental ter em conta que precisamos reivindicar o aumento de investimento na educação federal, central para a permanência estudantil. Precisamos garantir que sejam cumpridas as leis do PNAES e de Cotas e a consolidação da ampliação das universidades que se iniciou há pouco mais de uma década. Será preciso acompanharmos e nos posicionarmos sobre a proposta de expansão das universidades com a inauguração de novos campi, uma vez que há muitas universidades e institutos federais que participaram do projeto de expansão em governos anteriores e ainda não tiveram a dotação orçamentária necessária para concluir seu processo de implantação. Antes da abertura de novos campi, há que se ter garantidos os recursos para o pleno funcionamento dos já existentes, tanto em termos de infraestrutura física e humana (contratação de docentes e TAES) quanto no que diz respeito à permanência estudantil.	ADUFSCar
Ainda que tenha sido ampliado, o orçamento das IFES ainda está muito aquém do reivindicado e necessário para o pleno cumprimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	ADUNIR, <b>ANDES/UFRGS,</b> SESUNILA
Recomposição parcial orçamentária das IFES aquém do que a categoria reivindicou, totalmente insuficiente. Do ponto de vista político também ocorreram discussões internas importantes na universidade [UFMA] em torno do orçamento, da situação precária dos(as) estudantes no âmbito da política estudantil, da carreira e, em geral, promoveu-se debate e reflexões sobre a educação, a universidade e as carreiras dos(as) docentes e TAES com ampla divulgação na imprensa nacional e local nos diversos meios de comunicação.	APRUMA
Os professores frisaram ainda que a liberação de recursos anunciada para as universidades, na ordem R\$ 521,2 milhões (conforme Comunicado 81 do CNG), é insuficiente para cobrir as demandas e extremamente rebaixada na comparação com o montante necessário apontado pelos reitores de R\$ 2.5 bilhões.	ASPUV
O valor total apresentado para recomposição do orçamento de custeio das IFES (R\$347 milhões em maio e promessa de R\$400 milhões em junho) significa um avanço, mas não supre as reais necessidades de nossas instituições, que poderão fechar o corrente ano com déficits.	APES
<b>Reajuste</b>	<b>Seção Sindical</b>

**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

fundado em 19 de fevereiro de 1981

Atendeu parcialmente as demandas de recomposição salarial. Há um descontentamento pela intransigência do governo em manter reajuste zero para 2024.	<b>ADUFDOURADOS</b>
Proposta foi considerada insuficiente pela manutenção da oferta de 0% de aumento em 2024.	ADUFPB
A proposta apresentada pelo governo para a recomposição salarial é insuficiente e está muito aquém da nossa reivindicação (22,71%). O governo insiste em manter os 0% para 2024, não acata a solicitação de reajuste linear da contraproposta do CNG do ANDES-SN para o conjunto de nossa categoria	ADUNIR
A pauta do reajuste salarial foi vista como um ponto ainda a avançar, principalmente via PLN, o que não deve ser deixado de lado.	<b>ANDES/UFRGS</b>
Insiste em reajuste 0% para os (as) docentes este ano; do ponto de vista salarial mantém os 9% em 2025 e 3,5% em 2026, mas não atinge o percentual dos 22% da proposta, considerada pelo movimento como uma proposta rebaixada; o percentual apresentado pelo governo não recompõe as perdas da categoria na sua totalidade. O governo deu reajustes robustos a outras categorias, a exemplo da Polícia Rodoviária Federal-PRF; Polícia Federal Penal-PFP, etc; e, o percentual dos(as) docentes não cabe no orçamento.	APRUMA
Os índices de correção salarial propostos para a categoria também não cobrem a inflação e as perdas acumuladas bem como a reestruturação da carreira não avançou.	ASPUV
A recomposição salarial ficará aquém das perdas sofridas nos últimos anos para 80% da categoria.	SESUNILA
Abaixo do esperado visto que não repõe as perdas durante os governos Temer e Bolsonaro e que o movimento paredista conquistou melhorias nas propostas de reajustes.	SINDUFFS
O valor referente ao reajuste salarial (9% em 2025 e 3,5% em 2026) é maior que o indicado em 22/12/2023 (4,5% em 2025 e 4,5% em 2026), significando um avanço, mas a ausência de índice para 2024 revela um descompromisso do governo com a valorização do trabalho docente.	APES
<b>Revogação</b>	<b>Seção Sindical</b>
Há avanços para a carreira EBTT quando o governo acenou para a revogação da Portaria n. 983/20.	ADUFPA
Proposta foi considerada insuficiente por não avançar na revogação da IN 49/2023.	ADUFPB
Omissão de compromissos efetivos para revogar as medidas autoritárias, inclusive pelo MEC.	ADUFPEL
Que o MGI manifeste detalhadamente as mudanças na portaria 66.	ADUFSJ
Destaca-se como conquistas da greve a revogação da Portaria 983, fim do ponto eletrônico na EBTT, o debate sobre progressão e promoção, IN 15.	ADUFU
Em relação ao revogaço, houve avanço em relação às reivindicações do Sinasefe, mas concretamente, para os docentes do ensino superior, apenas a “revisão” da IN 066/22 (se ao menos fosse a revogaço).	ADUNIR
Foram pontuados a revogaço da portaria 983 e da IN66 e fim do ponto eletrônico	<b>ANDES/UFRGS</b>
Resistência para revogar algumas normativas (como a da lista tríplice, por exemplo) e a ambiguidade com que assumiu a revisão de outras (a IN66, por exemplo). Houve avanços no compromisso de revogaço de algumas das normativas que atingiam diretamente os direitos da categoria.	SESUNILA

**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

fundado em 19 de fevereiro de 1981

O governo demonstrou pouca disposição política para promover a revogação das medidas impostas pelo governo Bolsonaro, apesar de sinalizar a revogação da Portaria nº 983 e IN nº 66. Além disso, não demonstrou compromisso político para viabilizar medida imediata sobre a eleição e nomeação de dirigentes.	APES
<b>Avaliação da Greve</b>	<b>Seção Sindical</b>
A greve nacional da educação federal é uma greve realizada não apenas para reivindicar o que não temos, mas para defender aquilo que já conquistamos. Conseguimos uma greve de grande amplitude e intensa participação, com o envolvimento de 62 instituições federais e todas as categorias da comunidade acadêmica (docentes, TAEs e estudantes de graduação e pós-graduação. Por isso, a saída da greve nacional precisa ser coletiva, senão em unidade, ao menos muito dialogada entre todas as categorias. É preciso refletir sobre os métodos de continuidade da pressão sobre o Governo diante do fim da greve, pois há muitos itens de nossa pauta de reivindicações ainda em disputa e negociação, em particular o que diz respeito à pauta não remuneratória (itens do “revogaço”).	ADUFSCar
Tais conquistas evidenciam a força que alcançou o movimento paredista. Avaliou-se, por fim, que em face à intransigência do governo com relação as nossas reivindicações de reajuste salarial e considerando os ganhos relativos à recomposição orçamentária, a greve alcançou parcialmente seus objetivos, considerando que há limites para avanço nas negociações e para uma mudança da correlação de forças neste momento.	SESUNILA
<b>Outros</b>	<b>Seção Sindical</b>
Que a Proifes não esteja no GT de RSC por ser uma instituição ilegítima.	ADUFSJ

**Obs.: Em negrito, identificada as seções sindicais que não se encontram em greve**

\* seção sindical fora da base do Andes

\*\*sindicato independente

## Sistematização Questão 02: Devemos assinar, ou não, as propostas apresentadas pelo MGI e pelo MEC?

(\*) Em relação a assinar propostas apresentadas pelo MGI

	MGI	Seção Sindical	Observação
<b>SIM</b>	29	ADUFPB; APUB*; SINDOIF; SEDUFSM; APUR; ADUR-RJ; APUFPR; ADUFOP, ADUFPA, SINDUFFS, <b>ADUFVJM</b> , ADUFERPE, <b>APUBH**</b> , ADUFSJ, ADUFU, SESDUFT, ADUNB, SINDUTF-PR, APRUMA, ADUFTM, ADUFF, <b>ADUFDOURADOS</b> , ADUFMS, ADUFC, <b>ANDES/UFRGS</b> , SINDIFSULDEMINAS, ADUNIFESP, SESDUF-RR, ADCEFET-RJ	- Devem ser incluídas as proposições encaminhadas ao ANDES e SINASEFE em 18/06/2024 (SINDOIF). - É necessário estabelecer garantias de que a assinatura desse acordo envolva uma redação de documento que nos assegure os ganhos políticos, mas não cause impedimento para lutas futuras em relação às questões de remuneração ( <b>ANDES/UFRGS</b> ). - Que o acordo assinado corresponda exatamente ao que foi acordado verbalmente no dia 14 de junho (não assinar o acordo sem tais ajustes) ( <b>SINDIFSULDEMINAS</b> ).
<b>NÃO</b>	24	SINDUFOPA; ADUFCG; ADUFS-SS; ADUFCG-PATOS; ADCAC; SINDIUFSB; ADUNIR, APES-JF, <b>SESUNIPAMPA</b> , SINDUFAPE, ADUFABC, ASPUV, SINDUNIFESSPA, ADUFSCAR, ADUFAC, ADUFPEL, SINDUFAP, ADUNIRIO, ADUFPI, ADUFERSA, ADUFMAT, ADUFES, ADUFLA, SINDIFIPI	Não neste momento, até que seja apresentada a minuta com as demandas documentadas ( <b>ADUFSCAR</b> ).
<b>NÃO VOTADO</b>	2	ADUFAL, SESUNILA	Sem condições de deliberar sobre essa questão, uma vez que não temos a minuta do acordo ( <b>SESUNILA</b> ).
<b>SEM RESPOSTA</b>	1	SINDCEFET-MG	
<b>OUTROS</b>	3		
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>		
<b>Outros (especificação)</b>		<b>Seção Sindical</b>	
A assinatura do Acordo com o MGI e MEC, deve considerar: 1) recomposição salarial para 2025 de 9%; e 2026 de 5%, tal como foi concedido a outras categorias do serviço público federal (Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, da carreira de Previdência, Saúde e Trabalho - PST); 2) Instituição de data base para a categoria docente.		ADUFMAT-ROO	

**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

fundado em 19 de fevereiro de 1981

Por deliberação da assembleia da APROFURG essa pergunta não será respondida.	APROFURG
Deliberou-se por unanimidade que, em razão de não termos aderido à greve docente na UFAM, tão bravamente organizada e executada pelo movimento sindical docente, não teríamos o direito de decidir sobre a assinatura ou não do acordo com o governo federal, nos restando seguir o que será decidido pela maioria das sessões sindicais que estão em greve em suas assembleias.	ADUA

**Obs.: Em negrito, identificada as seções sindicais que não se encontram em greve**

\* seção sindical fora da base do Andes

\*\*sindicato independente

**(\*) Em relação a assinar propostas apresentadas pelo MEC**

	MEC	Seção Sindical	Observação
<b>SIM</b>	29	ADUFPB; APUB*; SINDOIF; SEDUFSM; APUR; ADUR-RJ; APUFPR, ADUFOP, ADUFPA, SINDUFFS, <b>ADUFVJM</b> , ADUFERPE, <b>APUBH**</b> , ADUFSJ, ADUFU, SESDUFT, ADUNB, SINDUTF-PR, APRUMA, ADUFTM, ADUFF, <b>ADUFDOURADOS</b> , ADUFMS, ADUFC, <b>ANDES/UFRGS</b> , SINDIFSULDEMINAS, ADUNIFESP, SESDUF-RR, ADCEFET-RJ	
<b>SOMENTE COM MEC</b>	02	ADUFLA, APES	O acordo deve deixar claro a autonomia dos institutos federais e universidades em relação às atividades docentes e as respectivas progressões (APES).
<b>NÃO</b>	22	SINDUFOPA; ADUFCG; ADUFS-SS; ADUFCG-PATOS; ADCAC; SINDIUFSB; ADUNIR, <b>SESUNIPAMPA</b> , SINDUFAPE, ADUFABC, ASPUV, SINDUNIFESSPA, ADUFSCAR, ADUFAC, ADUFPEL, SINDUFAP, ADUNIRIO, ADUFPI, ADUFERSA, ADUFMAT, ADUFES, SINDIFIPI	Não neste momento, até que seja apresentada a minuta com as demandas documentadas (ADUFSCAR).
<b>NÃO VOTADO</b>	2	ADUFAL, SESUNILA	
<b>SEM RESPOSTA</b>	1	SINDCEFET-MG	
<b>OUTROS</b>	3		
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>		

<b>Outro (especificação)</b>	<b>Seção Sindical</b>
A assinatura do Acordo com o MGI e MEC, deve considerar: 1) recomposição salarial para 2025 de 9%; e 2026 de 5%, tal como foi	ADUFMAT-ROO



**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

fundado em 19 de fevereiro de 1981

concedido a outras categorias do serviço público federal (Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, da carreira de Previdência, Saúde e Trabalho - PST); 2) Instituição de data base para a categoria docente.	
Por deliberação da assembleia da APROFURG essa pergunta não será respondida.	APROFURG
Deliberou-se por unanimidade que, em razão de não termos aderido à greve docente na UFAM, tão bravamente organizada e executada pelo movimento sindical docente, não teríamos o direito de decidir sobre a assinatura ou não do acordo com o governo federal, nos restando seguir o que será decidido pela maioria das sessões sindicais que estão em greve em suas assembleias	ADUA

**Obs.: Em negrito, identificada as seções sindicais que não se encontram em greve**

\* seção sindical fora da base do Andes

\*\*sindicato independente

**Sistematização Questão 03: Devemos continuar a greve ou construir sua saída coletiva no ANDES-SN?**

**Tabela 1- Saída ou continuidade da greve**

	Total	Seções Sindicais	Observações
<b>Saída da Greve</b>	35	ADCAC; ADCEFET-RJ; ADUFABC; ADUFC; ADUFCG; ADUFERPE; ADUFF; ADUFMS; ADUFOP; ADUFPA; ADUFPB; ADUFSCar; ADUFSJ; ADUFTM; ADUFU-SS; <b>ADUFVJM</b> ; ADUNB; ADUNIFESP; ADUNIRIO; ADUR-RJ; <b>ANDES/UFRGS</b> ; APES-JF; APRUMA; APUB*; <b>APUBH**</b> , APUFPR; APUR; SEDUFSM; SESDUFT; SESUNILA; SINDIFSULDEMINAS; SINDOIF; SINDUFAPE; SINDUFFS; SINDUTF-PR.	
<b>Continuidade da Greve</b>	20	ADUFAC; ADUFAL; ADUFCG-PATOS; ADUFERSA; ADUFES; ADUFLA; ADUFMAT; ADUFMAT-ROO; ADUFPEL; ADUFPI; ADUFS-SS; ADUNIR; APROFURG; ASPUV; SESDUF-RR; SINDCEFET-MG; SINDIUFSB; SINDUFAP; SINDUFOPA; SINDUNIFESSPA;	Devemos manter a greve até a assinatura do Acordo, com saída unificada da greve (ADUFMAT-ROO). A assembleia deliberou que só irá fazer a avaliação das propostas do governo quando a minuta de acordo for encaminhada para as bases. Com relação a saída da greve, só será discutida após a avaliação da proposta se a mesma for aceita. O CLG não concordou com as perguntas. Continuidade da greve na universidade, com indicativo de saída unificada nacionalmente, mediante assinatura da proposta de acordo coletivo com o Governo Federal, atendendo a incorporação das propostas a partir do dia 15 de maio (SESDUF-RR).
<b>Não votado</b>	1	<b>SINDIFPI</b>	
<b>Outros</b>	3	<b>ADUFDOURADOS</b> ; ADUA; <b>SESUNIPAMPA</b> ;	
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>		

**Outros (especificação):**

**ADUFDOURADOS:** A assembleia deliberou pela NÃO continuidade da greve e optou por uma saída coletiva. A assembleia deliberou pela saída da ADUFDOURADOS do Estado de Greve no momento em que for efetivada a assinatura da proposta feita pelo MGI e MEC pelo Andes SN.

**ADUA:** Deliberou-se por unanimidade que, em razão de não termos aderido à greve docente na UFAM, tão bravamente organizada e executada pelo movimento sindical docente, não teríamos o direito de decidir sobre a saída ou não da greve, nos restando seguir o que será decidido pela maioria das sessões sindicais que estão em greve em suas assembleias.

**SESUNIPAMPA:** Não se aplica.

**Obs.: Em negrito, identificada as seções sindicais que não se encontram em greve**

**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**  
fundado em 19 de fevereiro de 1981

\* seção sindical fora da base do Andes

\*\*sindicato independente

**Tabela 2- Saída da greve coletiva ou individual**

	<b>Total</b>	<b>Seção Sindical</b>	<b>Observações</b>
<b>Saída coletiva</b>	31	ADCAC; ADCEFET-RJ; ADUFABC; ADUFC; ADUFCG; ADUFERPE; ADUFF; ADUFMS; ADUFOP; ADUFPA; ADUFPB; ADUFSCar; ADUFSJ; ADUFTM; ADUFU-SS; ADUNB; ADUNIFESP; ADUNIRIO; ADUR-RJ; <b>ANDES/UFRGS</b> ; APES-JF; APRUMA; APUB*; APUFPR; APUR; SESDUFT; SESUNILA; SINDOIF; SINDUFAPE; SINDUFFS; SINDUTF-PR.	
<b>Saída individual</b>	4	<b>ADUFVJM</b> ; <b>APUBH**</b> ; SEDUFMS; SINDIFSULDEMINAS	A AG aprovou o encerramento da greve na UFVJM com retorno das atividades no dia 20 de junho ( <b>ADUFVJM</b> ). A Assembleia Docente da UFSM indicou o dia 25/06 como data de saída da greve ( <b>SEDUFMS</b> ).
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>		

**Obs.: Em negrito, identificada as seções sindicais que não se encontram em greve**

\* seção sindical fora da base do Andes

\*\*sindicato independente

**Tabela 3 - Data da saída coletiva de greve**

<b>Data</b>	<b>Quantidade de seções sindicais</b>	<b>Seção Sindical</b>	<b>Observações</b>
24/jun	3	ADUFABC; ADUNIFESP; SINDUFFS.	
24/06-03/07	1	ADUR-RJ	
26/06-02/07	1	ADUFC	
26/06-05/07	1	APUR	
26/jun	3	ADUnB; APUB*; SESUNILA	
01/jul	7	ADUF CG; ADUFERPE; ADUFF; ADUFOP ADUFSJ; APRUMA; SINDUFAPE	
Data indicada pelo CNG	4	ADUFPA; APES-JF; APUFPR; SINDOIF	
Sem data	11	ADCAC; ADCEFET-RJ; ADUFMS; ADUFPB; ADUFSCar; ADUFTM; ADUFU-SS; ADUNIRIO; <b>ANDES/UFRGS;</b> SESDUFT; SINDUTF-PR;	Seguindo a orientação do comando nacional com assembleias dias 26 e 27/06 (ADUFPB). Sem data prévia e condicionada ao cumprimento dos termos preestabelecidos nas mesas de negociação com MGI e MEC por meio de minuta por escrito a ser referendada em nova assembleia (ADCEFET-RJ). Saída coordenada pelo Sindicato Nacional (ADUFU).
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>		

**Obs.: Em negrito, identificada as seções sindicais que não se encontram em greve**

\* seção sindical fora da base do Andes

\*\*sindicato independente

**Sistematização: Deliberações e Observações Adicionais**

A assembleia entendeu que a saída unificada da greve se dará dentro de um intervalo que incorpore as diferentes datas sugeridas. No caso da UFABC, como somos a única universidade quadrimestral do Brasil, que inclusive recebe os alunos ingressantes via SISU no início de junho, seria importante indicar o retorno em 24/06. Além disso, assembleia decidiu sugerir ao CNG do ANDES-SN a proposta de um dia unificado de atos nacionais para marcar a saída da greve e a construção de uma carta nacional de balanço da greve, crítica das propostas feitas pelo governo e os próximos passos da nossa luta.	ADUFABC
Marcar assembleias para próxima semana.	ADUFAL
Expressa reivindicação de que nenhuma decisão de negociação que represente rebaixamento das pautas ou encerramento da greve seja tomada pelo CNG sem consulta às assembleias de base. Solicitação do conjunto de dados brutos das assembleias realizadas entre 17 e 21 de junho, conforme comunicados nº 84 e nº 88 e dos dados brutos das assembleias de contraproposta (aquela dos 3,69%). Que em todas as negociações e documentos seja garantida a menção direta à alteração do Decreto 1.590/1995 (de magistério “superior” para magistério “federal”).	ADUFES
Que a ADUFF participe do comitê para revisão do calendário escolar e acadêmico após o fim da greve; a construção de um calendário de mobilizações, em torno de alguns temas prioritários, a ser sustentado após o encerramento da greve, com o fortalecimento do sindicato.	ADUFF
Ato unificado com UFSJ na segunda, 26/6 - com estudantes de graduação e pós, com TAE's e docentes - fortalecendo o Dia Nacional de Luta.	ADUFLA
Inserir na pauta de negociação com o governo a mudança na legislação para que professores aposentados possam receber auxílio alimentação. Aprovar moção de repúdio à forma desmobilizadora com que o CNG e a Diretoria Nacional do ANDES conduziram a consulta às bases.	ADUFMAT
Indicar ao ANDES a realização de um ato nacional e realizar um ato local para marcar a saída da greve no dia estabelecido para tal.	ADUFPB
Avaliou-se que a uniformização de progressão e promoção pode ser um retrocesso. Que a presença do PROIFES nos GTs, principalmente do RSC é uma perda para o ANDES.	ADUFSJ
Encaminhamentos: 1. Indicar ao CNG que articule mobilizações conjuntas com o SINASEFE e FASUBRA e os comandos passem a funcionar em frente ao MGI; 2. Jornada de luta nacional em defesa da educação nos dias 2 e 3 de julho, em BSB; 3. Que o CNG insista na continuidade das negociações junto ao MGI/MEC; 4. Endossar o comunicado do CLG enviado ao CNG em 19 de junho de 2024.	ADUFS-SS
Garantia dos direitos de professores substitutos pós-greve. Solicitar à Administração Superior da UFU a constituição de comissão de reestruturação do calendário acadêmico. Realização de seminário para a construção coletiva de uma proposta coerente de calendário acadêmico por parte dos segmentos da comunidade universitária: docentes, discentes e TAEs. Na destinação de verbas advindas do "Novo PAC", dar especial atenção à situação nos campi avançados e suas necessidades de infraestrutura em laboratórios, sala de professores e salas de aula mais qualificadas e que sejam parte da estrutura da Universidade, e não locadas de terceiros.	ADUFU
Foram aprovados ainda outros encaminhamentos: 1. Solicitar a Reitoria da UnB a necessidade de realizar debates com a comunidade acadêmica sobre onde deverá ser investido o recurso do PAC da educação federal; 2. O CLG da ADUnB, representado pela sua comissão de	ADUNB

**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

fundado em 19 de fevereiro de 1981

ética realizará diálogo com a administração da UnB, visando garantir intérpretes de libras para realização das aulas de docentes e discentes que precisam deste serviço, durante o período em que os técnicos continuam em greve, assegurando assim as condições de retorno dos docentes às suas atividades acadêmicas.	
A AG em seu balanço concluiu em insistir que: a) se abra mais uma mesa de negociação - precisamos garantir que se aumente o percentual de recomposição para 2026 (mesmo que seja mínimo), já que o governo mantém 0% em 2024; b) devemos exigir que a recomposição seja linear - esse é um princípio que não podemos abrir mão; c) a proposta apresentada pelo governo (e já assinada pela Proifex) sofreu pequenas alterações, que não justificam nossa assinatura - assinar essa proposta nos coloca de joelhos até o final de 2026; d) nossa categoria se fortaleceu na greve, elevou o nível de compromisso com a luta em defesa da universidade pública e está disposta a seguir na greve por tempo indeterminado.	ADUNIR
Alguns pontos que não estão na negociação, mas que precisam ser incorporados são: 1- A continuidade das reitorias interventoras, mesmo com processos de destituição no MEC, como é o caso da UFRGS; 2- Orçamento da universidade envolvendo calamidade pública; 3- Manutenção do esforço com o legislativo para tentar um projeto de lei orçamentária no sentido de buscar formas de ampliar os valores e incorporar aumento em 2024. 4- Manutenção de mesa permanente sobre a carreira; 5 - PAC da educação e criação novos campi.	<b>ANDES/UFRGS</b>
A assembleia deliberou que só irá fazer a avaliação das propostas do governo quando a minuta de acordo for encaminhada para as bases. Com relação a saída da greve, só será discutida após a avaliação da proposta se a mesma for aceita.	APROFURG
Construção de um documento de esclarecimentos para a comunidade para o retorno às aulas, a ser construído pelo Comando Local de Greve. Realizar uma assembleia em julho com um dos pontos de pauta a avaliação da greve.	APUR
É importante manter a mobilização para disputar orçamento do ano que vem, caso o movimento opte pela saída.	<b>SESUNIPAMPA</b>
A base solicita acesso as minutas dos termos de acordo, assim que o CNG os receber. A base manifesta preocupação com os impactos do retorno às atividades a partir da eventual manutenção da greve dos TAE's.	SINDOIF
Embora esteja dentre as contempladas no PAC Universidades, a infraestrutura existente da nossa universidade ainda é precária. Precisamos de moradia para alunos indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais que vêm de outros municípios; precisamos de uma creche; precisamos de novos concursos docentes. Precisamos sobretudo de financiamento público ampliado para pesquisas, pois muitas vezes aceitamos financiamentos privados de destruidores da Amazônia. Ainda estamos insatisfeitos com o 0% de reajuste para nossos salários esse ano.	SINDUFOPA
Também foram aprovados os seguintes encaminhamentos: 1) reunião com a reitoria para a discussão da situação do orçamento, novo campus em Ipatinga, outras obras do PAC, aprovação da PNAES e proposta de calendário; 2) nova assembleia em 27 de junho para apresentação da proposta de calendário, discussão das conquistas das pautas locais e saída da UFOP da greve.	ADUFOP
Participarão o ato que está sendo construído localmente para o Dia Nacional de Paralisação dos(as) Servidores(as) Públicos(as), e que será divulgado oportunamente	SINDIFPI

**Obs.: Em negrito, identificada as seções sindicais que não se encontram em greve**

## QUADRO SÍNTESE DAS ASSEMBLEIAS DO ANDES-SN

Seções Sindicais que estão em Greve				
	Seção Sindical/CLG	Assina as propostas	Continuidade Greve	Indicativo saída
1	ADCEFET-RJ	Sim	Não	s/data
2	ADUFC	Sim	Não	26/06-02/07
3	ADUFERPE	Sim	Não	01/jul
4	ADUFF	Sim	Não	01/jul
5	ADUFMS	Sim	Não	s/data
6	ADUFOP	Sim	Não	01/jul
7	ADUFPA	Sim	Não	data CNG
8	ADUFPB	Sim	Não	s/data
9	ADUFSJ	Sim	Não	01/jul
10	ADUFTM	Sim	Não	s/data
11	ADUFU	Sim	Não	s/data
12	ADUNB	Sim	Não	26/jun
13	ADUNIFESP	Sim	Não	24/jun
14	ADUR-RJ	Sim	Não	24/06-03/07
15	APRUMA	Sim	Não	01/jul
16	APUB*	Sim	Não	26/jun
17	APUFPR	Sim	Não	data CNG
18	APUR	Sim	Não	26/06-05/07
19	SEDUFMS	Sim	Não	25/jun
20	SESDUF-RR	Sim	Sim	
21	SESDUFT	Sim	Não	
22	SINDIFSULDEMINAS	Sim	Não	
23	SINDOIF	Sim	Não	data CNG
24	SINDUFFS	Sim	Não	24/jun
25	SINDUTF-PR	Sim	Não	s/data
26	ADCAC	Não	Não	s/data
27	ADUFABC	Não	Não	24/jun
28	ADUFAC	Não	Sim	
29	ADUFCG	Não	Não	01/jul
30	ADUFCG-PATOS	Não	Sim	
31	ADUFERSA	Não	Sim	
32	ADUFES	Não	Sim	
33	ADUFLA	Não	Sim	

Síntese Geral - Assinatura	
Assina as propostas	29
Não assina as propostas	24
Outros	6

Síntese Geral - Greve	
Continuidade Greve	20
Saída da Greve	35
Outros	4

Datas Saídas Greve	
Sem data	10
01/jul	7
Data indicada pelo CNG	4
26/jun	3
24/jun	3
24/06-03/07	1
26/06-02/07	1
26/06-05/07	1

**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

fundado em 19 de fevereiro de 1981

34	ADUFMAT	Não	Sim	
35	ADUFPEL	Não	Sim	
36	ADUFPI	Não	Sim	
37	ADUFSCAR	Não	Não	s/data
38	ADUFS-SS	Não	Sim	
39	ADUNIR	Não	Sim	
40	ADUNIRIO	Não	Não	s/data
41	APES-JF	Não	Não	data CNG
42	ASPUV	Não	Sim	
43	SINDIFPI	Não	Outros	
44	SINDIUFBS	Não	Sim	
45	SINDUFAP	Não	Sim	
46	SINDUFAPE	Não	Não	01/jul
47	SINDUFOPA	Não	Sim	
48	SINDUNIFESSPA	Não	Sim	
49	ADUFAL	Outros	Sim	
50	ADUFMAT-ROO	Outros	Sim	
51	APROFURG	Outros	Sim	
52	SESUNILA	Outros	Não	26/jun
53	SINDCEFET-MG	Outros	Sim	

**Seções Sindicais que não estão em Greve**

	Seção Sindical/CLG	Assina as propostas	Continuidade Greve	Data saída
1	SESUNIPAMPA	Não	Outros	
2	ANDES/UFRGS	Sim	Não	s/data
3	ADUFVJM (saída 20/06)	Sim	Não	
4	ADUFDOURADOS	Sim	Outros	
5	ADUA	Outros	Outros	

**Sindicato independente que não está em greve**

	Seção Sindical/CLG	Assina as propostas	Continuidade Greve	Data saída
1	APUBH** (saída 10/06)	Sim	Não	



**TERMO DE ACORDO Nº XX/2024**

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, nos seguintes termos:

**Cláusula primeira** – A reestruturação remuneratória das carreiras de Magistério Superior e do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT se dará em duas etapas, sendo a primeira em janeiro de 2025 e a segunda em abril de 2026, conforme Anexo que representa o reajuste para os docentes com dedicação exclusiva (DE).

**Cláusula segunda** – As tabelas remuneratórias referentes aos demais cargos que compõem o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal (40 horas, 20 horas e o cargo isolado de Professor Titular-Livre) observarão a correlação atualmente existente, tendo como referência o Anexo de que trata a cláusula primeira.

**Cláusula terceira** – A reestruturação dos cargos se dará da seguinte forma:

a) Aglutinação das classes iniciais A (1 e 2) e B (1 e 2) em uma única classe;

b) Alteração gradual dos *steps*:

➤ 2025 – Padrões C 2 a 4 e D 2 a 4 passando de 4,0% para 4,5%; e

– Padrão D 1 e DIV 1 passando de 25,0% para 23,5%.

➤ 2026 - Padrões C 2 a 4 e D 2 a 4 passando de 4,5% para 5,0%;

– Padrão C 1 passando de 5,5% para 6,0%.

– Padrão D 1 e DIV 1 para 22,5%.

- c) Liberação do controle de frequência para o Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT.

**Cláusula quarta** - Compromissos decorrentes de consensos gerados junto ao Ministério da Educação:

- a) revogar a Portaria MEC nº 983, de 18 de novembro de 2020, que estabelece medidas e diretrizes complementares à Portaria nº 554, de 20 de junho de 2013, para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e a criação de Grupo de Trabalho, a partir da assinatura do Acordo, com duração de 60 (sessenta) dias para avaliar a questão;
- b) articular, por intermédio da consultoria jurídica do MEC, junto ao MGI, posição favorável ao fim dos recursos nas demandas judiciais em processos cujo objeto seja a concessão de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) aos inativos;
- c) articular, por intermédio da consultoria jurídica do MEC, junto ao MGI, a previsão de regras padronizadas, nacionais, para a progressão dos Docentes; e
- d) promover as medidas necessárias para a recomposição do Conselho Permanente de Reconhecimento de Saberes e Competências (CPRSC), com a inclusão das entidades representativas ao Colegiado, no prazo de 30 (trinta) dias.

**Cláusula quinta** – Encaminhamentos remanescentes:

- a) antecipação para abril de 2026 a incidência do reajuste das tabelas remuneratórias previstas para maio de 2026; e
- b) criação de Grupos de Trabalho para tratar das demandas apresentadas, quais sejam: reenquadramento de aposentados; entrada lateral (entrada e reposicionamento na carreira); e insalubridade - revogação da IN nº 15.

**Cláusula sexta** – Aos inativos, os anexos serão observados, quando aplicáveis, em razão da sua regra de aposentadoria ou pensão.

**Cláusula sétima** – Sobre o acordo de compensação de dias não trabalhados em razão da greve, o que for acertado entre as entidades representativas e o MEC terá a anuência do MGI.

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
SECRETARIA DE RELAÇÕES DE TRABALHO

**Cláusula oitava** – O presente Acordo não compromete o direito das entidades sindicais em apresentarem outras pautas, não remuneratórias, nos foros adequados.

**Cláusula nona** – Cumpridos os trâmites internos no âmbito do Governo Federal, os termos do presente Acordo serão remetidos à apreciação das autoridades competentes para encaminhamento ao Congresso Nacional, por meio de Projeto de Lei.

E, por fim, tendo-se por justo e acordado as cláusulas e condições constantes deste termo, assinam o presente documento.

Brasília/DF, XX de XXXXX de 2024.

**JOSÉ LOPEZ FEIJÓO**  
Secretário de Relações de Trabalho  
SRT/MGI

**JOSÉ CELSO DE CARDOSO JÚNIOR**  
Secretária de Gestão de Pessoas  
SGP/MGI

**MARCELO BREGAGNOLI**  
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica  
SETEC/MEC

**ALEXANDRE BRASIL CARVALHO DA FONSECA**  
Secretário de Educação Superior  
SESU/MEC

**XXXXXXXXX**  
Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições  
de Ensino Superior  
ANDES-SN

**XXXXXXXXX**  
Sindicato Nacional dos Servidores Federais da  
Educação Básica, Profissional e Tecnológica  
SINASEFE

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
SECRETARIA DE RELAÇÕES DE TRABALHO

ANEXO – REFERÊNCIA 40 HORAS/DE  
REESTRUTURAÇÃO DA TABELA EM 2025 / 2026

CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Tabela nova 2025								TOTAL (RS)						
			VB (RS)	RT (RS)			Aperfeiçoamento	Especia- lização	Mestrado	Doutorado	Sem RT	Aperfeiçoamento	Especia- lização	Mestrado	Doutorado		
				% VB	10,0%	20,0%										50,0%	115,0%
				A	B	C										D	E
E/TIT.	TITULAR	1	11.536,10	1.153,61	2.307,22	5.768,05	13.266,52	11.536,10	12.689,70	13.843,32	17.304,15	24.802,61					
		4	10.487,35	1.048,73	2.097,47	5.243,68	12.060,46	10.487,35	11.536,09	12.584,83	15.731,03	22.547,81					
D/D IV	ASSOCIADO	3	10.035,75	1.003,57	2.007,15	5.017,87	11.541,11	10.035,75	11.039,32	12.042,90	15.053,62	21.576,86					
		2	9.603,58	960,35	1.920,72	4.801,79	11.044,13	9.603,58	10.563,94	11.524,30	14.405,38	20.647,71					
		1	9.190,03	919,00	1.838,01	4.595,02	10.568,54	9.190,03	10.109,03	11.028,04	13.785,05	19.758,57					
		4	7.441,32	744,13	1.488,27	3.720,66	8.557,52	7.441,32	8.185,45	8.929,59	11.161,98	15.998,84					
C/D III	ADJUNTO	3	7.120,88	712,09	1.424,18	3.560,44	8.189,02	7.120,88	7.832,97	8.545,06	10.681,32	15.309,90					
		2	6.814,24	681,42	1.362,85	3.407,12	7.836,38	6.814,24	7.495,66	8.177,09	10.221,36	14.650,62					
		1	6.520,81	652,08	1.304,16	3.260,40	7.498,93	6.520,81	7.172,88	7.824,97	9.781,21	14.019,73					
		2	6.180,86	618,08	1.236,17	3.090,43	7.107,99	6.180,86	6.798,94	7.417,03	9.271,28	13.288,84					
B/D II	ASSISTENTE	1	6.180,86	618,08	1.236,17	3.090,43	7.107,99	6.180,86	6.798,94	7.417,03	9.271,28	13.288,84					
	ADJUNTO-A (D)	2	6.180,86	618,08	1.236,17	3.090,43	7.107,99	6.180,86	6.798,94	7.417,03	9.271,28	13.288,84					
A/D I	ASSISTENTE-A (M)	1	6.180,86	618,08	1.236,17	3.090,43	7.107,99	6.180,86	6.798,94	7.417,03	9.271,28	13.288,84					
	AUXILIAR (E/G)	1	6.180,86	618,08	1.236,17	3.090,43	7.107,99	6.180,86	6.798,94	7.417,03	9.271,28	13.288,84					

CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Tabela nova 2026								TOTAL (RS)						
			VB (RS)	RT (RS)			Aperfeiçoamento	Especia- lização	Mestrado	Doutorado	Sem RT	Aperfeiçoamento	Especia- lização	Mestrado	Doutorado		
				% VB	10,0%	20,0%										50,0%	115,0%
				A	B	C										D	E
E/TIT.	TITULAR	1	12.245,03	1.224,50	2.449,01	6.122,51	14.081,78	12.245,03	13.469,52	14.694,03	18.367,54	26.326,81					
		4	11.131,83	1.113,18	2.226,37	5.565,92	12.801,61	11.131,83	12.245,01	13.358,20	16.697,75	23.933,45					
D/D IV	ASSOCIADO	3	10.601,75	1.060,17	2.120,35	5.300,87	12.192,01	10.601,75	11.661,92	12.722,10	15.902,62	22.793,76					
		2	10.096,90	1.009,69	2.019,38	5.048,45	11.611,44	10.096,90	11.106,59	12.116,28	15.145,35	21.708,34					
		1	9.616,10	961,61	1.923,22	4.808,05	11.058,51	9.616,10	10.577,70	11.539,32	14.424,14	20.674,61					
		4	7.849,87	784,98	1.569,98	3.924,94	9.027,36	7.849,87	8.634,86	9.419,85	11.774,81	16.877,23					
C/D III	ADJUNTO	3	7.476,07	747,60	1.495,22	3.738,04	8.597,48	7.476,07	8.223,68	8.971,29	11.214,11	16.073,56					
		2	7.120,07	712,00	1.424,01	3.560,03	8.188,08	7.120,07	7.832,07	8.544,08	10.680,10	15.308,15					
		1	6.781,02	678,10	1.356,20	3.390,51	7.798,17	6.781,02	7.459,12	8.137,22	10.171,53	14.579,19					
		2	6.397,19	639,72	1.279,44	3.198,59	7.356,77	6.397,19	7.036,90	7.676,62	9.595,78	13.753,95					
B/D II	ASSISTENTE	1	6.397,19	639,72	1.279,44	3.198,59	7.356,77	6.397,19	7.036,90	7.676,62	9.595,78	13.753,95					
	ADJUNTO-A (D)	2	6.397,19	639,72	1.279,44	3.198,59	7.356,77	6.397,19	7.036,90	7.676,62	9.595,78	13.753,95					
A/D I	ASSISTENTE-A (M)	1	6.397,19	639,72	1.279,44	3.198,59	7.356,77	6.397,19	7.036,90	7.676,62	9.595,78	13.753,95					
	AUXILIAR (E/G)	1	6.397,19	639,72	1.279,44	3.198,59	7.356,77	6.397,19	7.036,90	7.676,62	9.595,78	13.753,95					